



## **SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS E AS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS: INTERFACE PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA**

Luisa Regina da Silva Pontes <sup>1</sup>  
Maria Lúcia Serafim <sup>2</sup>

### **RESUMO**

O presente estudo teve como objetivo verificar como as tecnologias assistivas são utilizadas em uma Sala de Recursos Multifuncionais e de que maneira auxiliam no processo de ensino e aprendizagem das crianças com deficiência. Para isso, a metodologia adotada foi um estudo de caso, de abordagem qualitativa com cunho exploratório, no qual realizamos a coleta de dados por meio de observações e entrevistas com a professora responsável da Sala de Recursos Multifuncionais em uma escola situada em Campina Grande-PB. Concluímos que as tecnologias assistivas são indispensáveis no processo de ensino e aprendizagem das crianças com deficiência, contribuindo no processo de inclusão dos mesmos, bem como em avanços significativos em aspectos cognitivos, afetivos e sociais. Constatamos ainda, que a tecnologia por si só não inclui e nem auxilia no desenvolvimento destas crianças, contudo, associada a um uso adequado e consciente possibilita a esses sujeitos caminharem com independência e autonomia, não apenas no âmbito educacional, mas, em toda sua vida.

**Palavras-chave:** Inclusão, Sala de Recursos Multifuncionais, Tecnologias Assistivas.

### **INTRODUÇÃO**

A concepção de educação inclusiva tem sido destaque no atual cenário educacional se constituindo, portanto, um dos grandes desafios na sociedade contemporânea. Incluir é um processo desafiador que tem como objetivo garantir o direito de todos à educação, promovendo assim, igualdade de oportunidades.

Para garantir esse direito, muitos recursos e serviços são utilizados, possibilitando e ampliando habilidades funcionais das pessoas com deficiência. Esses serviços e recursos são as chamadas Tecnologias Assistivas (TA) que colaboram na inclusão destes sujeitos. Esse termo ainda é muito recente e não se limita a instrumentos sofisticados, mas qualquer instrumento, estratégia, recurso, prática ou serviços que auxiliem no desenvolvimento desse indivíduo proporcionando autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social como é descrito no Comitê de Ajudas Técnicas - CAT.

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, luisaieces@hotmail.com;

<sup>2</sup> Professora efetiva do Departamento de Educação, Centro de Educação – UEPB. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Linguagem e Ensino/ PPGLE, UFCG;



O presente trabalho surgiu da necessidade de verificar como e de que forma funciona a Sala de Recursos Multifuncionais, quais tecnologias assistivas são utilizadas e como as crianças com deficiências se desenvolvem neste contexto. Logo, o objetivo geral desta pesquisa foi verificar como essas tecnologias contribuem no processo ensino e aprendizagem das crianças com deficiência e como são utilizadas no Atendimento Educacional Especializado-AEE. Como objetivos específicos elencamos: verificar como funciona a sala de recursos multifuncionais, analisar quais as contribuições destas no desenvolvimento da criança com deficiência e observar como a professora responsável pelo AEE utiliza a TA. Para tal, tomamos a entrevista como recurso para compor o estudo de caso, na escola Municipal de Ensino Fundamental Gustavo Adolfo Candido Alves, situada no município de Campina Grande-PB.

Para subsidiar nossa pesquisa tomamos como base teórica autores como: Mara Lúcia Sartoretto e Rita Bersch (2020), Teófilo Galvão (2009) dentre outros. Também utilizamos os documentos legais como Sala de Recursos Multifuncionais: Espaço para Atendimento Especializado (2006) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96).

A metodologia adotada foi um estudo de caso, de abordagem qualitativa e de cunho exploratório, no qual coletamos dados através de instrumentos como observação e entrevistas para compor o corpus do estudo junto ao referencial teórico. Através dessas técnicas, observamos a sala de recursos multifuncionais e verificamos como as tecnologias assistivas são utilizadas neste ambiente e de que modo estão contribuindo no processo de ensino e aprendizagem das crianças que são parte deste processo no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Compreendemos que incluir é um processo desafiador e indispensável na vida da criança com deficiência, assim sendo, as tecnologias assistivas são fundamentais no auxílio do desenvolvimento dessas crianças, promovendo autonomia, independência e rompendo as barreiras do preconceito, da discriminação e conseqüentemente da exclusão.

## **METODOLOGIA**

Para o desenvolvimento do presente trabalho utilizamos uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, como destaca Gil (2002), as pesquisas exploratórias “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Assim, nossa pesquisa, como dito outrora, teve o objetivo de verificar



como e de que forma funciona a Sala de Recursos Multifuncionais, quais as tecnologias assistivas que são utilizadas e como as crianças com deficiências se desenvolvem neste contexto. Assim, a tipologia da nossa pesquisa é um estudo de caso, para Yin (2005, p. 32), “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”.

Na coleta de dados utilizamos como técnica a entrevista, realizada com a professora responsável pelo AEE da Escola Municipal de Ensino Fundamental Gustavo Adolfo Candido Alves, junto às observações dos atendimentos realizados com algumas das crianças. De acordo com Tjara (2006), entrevistas e observação são técnicas interativas, visto que a entrevista conduz o pesquisador para a observação, enquanto que as observações podem sugerir os aprofundamentos necessários para as entrevistas.

Para fundamentar nossa pesquisa fizemos um levantamento bibliográfico com base em autores que discutem sobre o tema da pesquisa e documentos legais como a Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 1996) dentre outros.

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

A concepção de educação inclusiva vem ganhando força e espaço no âmbito educacional, o que outrora não era uma realidade nesse cenário já que a pessoa com deficiência não era aceita na escola regular. A Constituição Federal determina em seu artigo 205, que a educação é um direito de todos, e a Resolução CNE/CEB nº 2/2001 a qual define as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica, determina que os sistemas de ensino devem matricular a pessoa com deficiência no ensino regular, assegurando as condições necessárias para um educação de qualidade.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) surge com o objetivo de oferecer um apoio pedagógico em salas de recursos para as crianças com deficiência, transtornos globais e altas habilidades/superdotação, promovendo condições de acesso e participação plena do indivíduo com deficiência.

Nas Diretrizes Nacionais da Educação Básica, fica estabelecido em Resolução CNE/CEB nº 4/2010, no artigo 1º que:

§ 1º Os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no atendimento educacional especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização ofertado em sala de recursos



multifuncionais ou em centros de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

O Atendimento Educacional Especializado é um direito garantido por lei, que tem como função complementar ou suplementar à escolarização das pessoas com deficiência, possibilitando ao indivíduo oportunidades de aprendizagens com os recursos pedagógicos adequados às suas necessidades educacionais.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), define a Salas de Recursos como:

[...] serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado, que suplementa (no caso dos superdotados) e complementa (para os demais alunos) o atendimento educacional realizado em classes comuns [...]. Esse serviço realiza-se em escolas, em local dotado de equipamentos e recursos pedagógicos adequados às necessidades educacionais especiais dos alunos, podendo estender-se a alunos de escolas próximas, nas quais ainda não exista esse atendimento. Pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos, para alunos que apresentem necessidades educacionais especiais semelhantes, em horário diferente daquele em que frequentam a classe comum. [...]. (BRASIL, 2001, p.50).

É evidente a importância da Sala de Recursos Multifuncionais no desenvolvimento da vida acadêmica da pessoa com deficiência, visto que oferece um apoio educacional complementar eliminando as barreiras que os suprimem. Arnal e Mori (2007, p.3) destacam que a Sala de Recursos é uma ferramenta que possibilita a inclusão "[...] desde que consiga atender à diversidade, assegurando ao aluno a inclusão em situações de aprendizagem no ensino regular". O atendimento educacional especializado contribui na potencialização das habilidades desse aluno através de inúmeras estratégias pedagógicas, favorecendo todo o processo de aprendizagem e preparando-o para o currículo da classe regular e também para toda sua vida escolar.

O professor de AEE conforme a Resolução CNE/CEB n.4/2009, art. 12, para atuar no atendimento educacional especializado deve além de sua formação inicial, possuir uma formação específica para atuar na Educação Especial. É de responsabilidade do professor de AEE, como descrito no Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais (2010, p. 8),

Elaboração, execução e avaliação do plano de AEE do aluno; Definição do cronograma e das atividades do atendimento do aluno; Organização de estratégias pedagógicas e identificação e produção de recursos acessíveis; Ensino e desenvolvimento das atividades próprias do AEE, tais como: Libras, Braille, orientação e mobilidade, Língua Portuguesa para alunos surdos; informática acessível; Comunicação Alternativa e Aumentativa - CAA, atividades de



desenvolvimento das habilidades mentais superiores e atividades de enriquecimento curricular; Acompanhamento da funcionalidade e usabilidade dos recursos de tecnologia assistiva na sala de aula comum e ambientes escolares; Articulação com os professores das classes comuns, nas diferentes etapas e modalidades de ensino; Orientação aos professores do ensino regular e às famílias sobre os recursos utilizados pelo aluno;

É incontestável os benefícios do atendimento educacional especializado para esse aluno que necessita de um acompanhamento individualizado. Contudo, é importante ressaltar que ainda há uma precariedade na formação de muitos dos professores de AEE, que por vezes, apresentam uma formação específica em apenas uma das áreas do conhecimento da Educação Especial, mas atendem a todos os alunos que necessitam e têm direito ao atendimento ofertado. É necessário que ao assumir a sala de recursos multifuncionais o profissional tenha competência para atender a toda e qualquer criança dentro de suas especificidades, pois só dessa maneira será possível promover uma inclusão genuína.

## **TECNOLOGIA ASSISTIVA: CONCEITOS E CATEGORIAS**

Os recursos e serviços que contribuem na ampliação das habilidades funcionais da pessoa com deficiência são as chamadas Tecnologias Assistivas. Esse é um termo recente que abrange todas essas ferramentas que auxiliam esses sujeitos promovendo qualidade de vida, autonomia e inclusão. Em 1988 o termo Tecnologia Assistiva é utilizado a primeira vez:

O termo Assistive Technology, traduzido no Brasil como Tecnologia Assistiva, foi criado oficialmente em 1988 como importante elemento jurídico dentro da legislação norte-americana, conhecida como Public Law 100-407, que compõe, com outras leis, o ADA - American with Disabilities Act. Este conjunto de leis regula os direitos dos cidadãos com deficiência nos EUA, além de prover a base legal dos fundos públicos para compra dos recursos que estes necessitam. Houve a necessidade de regulamentação legal deste tipo de tecnologia, a TA, e, a partir desta definição e do suporte legal, a população norte americana, de pessoas com deficiência, passa a ter garantido pelo seu governo o benefício de serviços especializados e o acesso a todo o arsenal de recursos que necessitam e que venham favorecer uma vida mais independente, produtiva e incluída no contexto social geral. (BERSCH, 2005, apud GALVÃO FILHO 2009, p. 3)

Cook e Hussey definem a TA como “uma ampla gama de equipamentos, serviços, estratégias e práticas concebidas e aplicadas para minorar os problemas funcionais encontrados pelos indivíduos com deficiências”. (COOK & HUSSEY, 1995), esse é um conceito baseado no ADA- American with Disabilities, documento americano de





regulamentação. No Brasil o conceito para Tecnologia Assistiva, instituída no Comitê de Ajudas Técnicas - CAT, portaria Nº 142, DE 16 de Novembro de 2006, propõe:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Galvão Filho (2013) conceitua a Tecnologia Assistiva como um tipo de mediação instrumental, relacionado aos processos que “favorecem, compensam, potencializam ou auxiliam, também na escola, as habilidades ou funções pessoais comprometidas pela deficiência”<sup>3</sup>. Em todas as definições percebemos que só há um objetivo com a TA que é a promoção de qualidade de vida para as pessoas com deficiência.

Em 1998, José Tonolli e Rita Bersch com base em classificações já existentes, catalogaram as Tecnologia Assistiva, com a finalidade de separar didaticamente esses recursos e serviços por categorias de acordo com o objetivo funcional de cada um deles. Bersch (2006), classifica as tecnologias assistivas nas seguintes categorias: Auxílios para a vida diária e vida prática; CAA - Comunicação Aumentativa (suplementar) e Alternativa; Recursos de acessibilidade ao computador; Sistema de controle de ambiente; Projetos arquitetônicos para acessibilidade; Órteses e próteses; Adequação Postural; Auxílios de mobilidade; Auxílios para ampliação da função visual e recursos que traduzem conteúdos visuais em áudio ou informação tátil; Auxílios para melhorar a função auditiva e recursos utilizados para traduzir os conteúdos de áudio em imagens, texto e língua de sinais; Mobilidade em veículos; Esporte e Lazer.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Na construção da pesquisa, observações foram realizadas na Sala de Recursos Multifuncionais da Escola Municipal de Ensino Fundamental Gustavo Adolfo Candido Alves, com o objetivo de verificar como as tecnologias assistivas eram utilizadas no atendimento

---

<sup>3</sup> **A construção do conceito de tecnologia assistiva: Alguns novos interrogantes e desafios.**  
Disponível em: [http://www.galvaofilho.net/TA\\_desafios.htm](http://www.galvaofilho.net/TA_desafios.htm)



educacional especializado e quais as contribuições das mesmas no processo de aprendizagem das crianças com deficiência que são atendidas.

Realizamos uma entrevista semi-estruturada com a professora responsável pela Sala de Recursos Multifuncionais e ela nos relatou que atende atualmente a 23 crianças, sendo 19 no turno da manhã e 4 no turno da tarde, 13 dessas crianças ainda estão em avaliação e não possuem laudo. No quadro abaixo é possível ver a relação dos alunos que recebem o atendimento educacional especializado e os diferentes diagnósticos.

**QUADRO 1-** Relação de alunos que recebem atendimento educacional especializado

ALUNOS ATENDIDOS	DEFICIÊNCIA (CONFORME LAUDO MÉDICO)	IDADE	TURMA
C.D	EM AVALIAÇÃO	10 ANOS	4º ANO
D.L	AUTISMO (CID 10-F84)	5 ANOS	PRÉ II
G.C	EM AVALIAÇÃO	6 ANOS	1º ANO
H.R	SINDROME DE DOWN (Q90.9) RETARDO MENTAL E TRANSTORNO DE COMPORTAMENTO (CID 10- F70)	9 ANOS	3º ANO
L.K	EM AVALIAÇÃO	11 ANOS	4º ANO
J.V	AUTISMO (CID 10-F84)	12 ANOS	5º ANOS
K.H	AUTISMO (CID 10- F84)	11 ANOS	4º ANO
K.B	AUTISMO (CID 10 - F84) RETARDO MENTAL SEVERO (CID 10 - F72)	13 ANOS	5º ANO
L.A	SINDROME DE DOWN (CID 10-Q90.9)	5 ANOS	PRÉ I
L.G	PERDA AUDITIVA SENSORINEURAL BILATERAL DE GRAU PROFUNDO (CID 10 H90.3)	6 ANOS	PRÉ I
L.K	AUTISMO (CID-10 F84)	10 ANOS	4º ANO
M.A	MELOMININGOCEL LOMBOSSANA E HIDROCELAFIA (CID 10 Q03 E Q05)	9 ANOS	2º ANO
M.A	PARALISIA CEREBRAL HEMIPLÉGICA (CID 10-G80.1)	10 ANOS	5º ANO



M.E	EM AVALIAÇÃO	10 ANOS	5º ANO
N.B	EM AVALIAÇÃO	10 ANOS	2º ANO
R.N	EM AVALIAÇÃO	11 ANOS	5º ANO
V.C	EM AVALIAÇÃO	9 ANOS	3º ANO
V.S	EM AVALIAÇÃO	8 ANOS	3º ANO
Y.G	EM AVALIAÇÃO	7 ANOS	2º ANO
G.D	EM AVALIAÇÃO	9 ANOS	2º ANO
R.M	EM AVALIAÇÃO	9 ANOS	4º ANO
R.P	AUTISMO (CID 10-F84)	5 ANOS	PRÉ I
S.V	EM AVALIAÇÃO	9 ANOS	3º ANO

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Observando a tabela fica evidente o desafio para a professora responsável pelo AEE de atender as diferentes necessidades e especificidades dessas crianças. Quando questionada como atender a esse público tão diversificado ela respondeu:

*(...) Bom, temos um desafio, como tantos outros que surgem, mas procuramos nos empenhar em conhecer cada sujeito que entra nessa sala, para atender as suas particularidades e especificidades. É um desafio? Sempre, mas não há homogeneidade, nós que precisamos conhecê-los, bem como suas limitações para promover uma inclusão de fato.*

Durante nosso diálogo questionamos qual a sua função na sala de AEE e ela destacou:

*(...) Como professora de AEE, minha função é minimizar as dificuldades dos alunos deficientes na sala regular e no seu cotidiano.*

Nas Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado AEE, regulamento pelo Decreto de nº 6.571, de 18 de setembro de 2008, fica estabelecido todas as atribuições do professor de AEE que culminam nessa minimização das dificuldades dos alunos com deficiência como aponta a professora entrevistada.





Para que o objetivo destacado pela professora de minimizar as dificuldades dos alunos com deficiência seja alcançado, é necessário que o professor esteja capacitado<sup>4</sup> para promover esse atendimento de qualidade, indagamos se ela recebeu alguma capacitação para trabalhar na sala de AEE,

*(...) Sim, uma capacitação específica em atendimento educacional especializado. E, ainda participamos de muitas formações continuadas, com a finalidade de oferecer o melhor em nosso atendimento.*

Conforme Batista (2006), a formação continuada é uma estratégia fundamental para atualização e aprofundamento do conhecimento pedagógico comum e especializado. Quanto aos obstáculos que a professora encontra na sala de AEE, ela destacou que existe uma dificuldade,

*(...) da interação com o professor da sala regular, pois os mesmos em alguns momentos não aceitam a criança no ensino regular, achando que é um problema em sua sala de aula.*

Essa recusa em receber a criança com deficiência na sala regular dificulta o trabalho em conjunto com a professora do AEE, mas, para além disso, promove uma exclusão explícita, desconsiderando o direito garantido por lei a esses sujeitos.

No Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais, é papel do professor de AEE ensinar e usar recursos da Tecnologia Assistiva para ampliar habilidades funcionais do aluno, promovendo autonomia e participação, quando questionamos o que ela compreendia por tecnologia assistiva, a mesma respondeu,

*(...) É, todo e qualquer material que venha a possibilitar o processo de aprendizagem, otimizando as potencialidades dos alunos.*

Ainda destacou que utiliza tecnologia assistiva em seus atendimentos, como lápis adaptado, jogos de computadores, *softwares* educacionais dentre outros. A docente

---

<sup>4</sup> A escola brasileira passa por constantes transformações, surgindo assim, novos desafios para o professor. É fundamental que este professor tenha uma formação de qualidade e continuada para lidar com todos os obstáculos educacionais. Portanto, a formação continuada é uma prioridade, quando pensamos em educação.



compreende a importância da tecnologia assistiva em seus atendimentos, sobre esse assunto ainda destacou:

*(...) A Tecnologia Assistiva proporciona uma maior independência, seja no campo da comunicação, aprendizado e outras dificuldades que a pessoa com deficiência possa vir a ter. Os recursos que utilizamos tem a finalidade de melhorar as capacidades funcionais.*

Concluimos a entrevista perguntando se havia algum curso de capacitação para utilizar as tecnologias assistivas na sala de Recurso Multifuncional, ela respondeu:

*(...) Não há curso, apenas quando fizemos a especialização em AEE, havia uma disciplina, mas quanto tempo faz que eu fiz a especialização? Faz um bom tempo, as coisas mudam, é preciso reciclar esse conhecimento. Seria muito importante uma orientação.*

A Tecnologia Assistiva é uma grande aliada no processo de aprendizagem da pessoa com deficiência, podemos dizer que ela é indispensável nesse processo de formação acadêmica, bem como nas aprendizagens da vida diária desenvolvendo autonomia e independência, mas, como toda tecnologia, ela precisa ser utilizada adequadamente possibilitando uma aprendizagem significativa. São inúmeros os avanços tecnológicos, o desafio do educador é utilizar essas ferramentas de maneira funcional e significativa, então, é imprescindível uma formação para tal tarefa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou analisar como as tecnologias assistivas contribuem no Atendimento Educacional Especializado das crianças com deficiência. A partir da entrevista realizada com a professora do AEE, verificamos como as tecnologias assistivas são interfaces indispensáveis no processo de ensino e aprendizagem desses sujeitos, e que a presença destas na cena pedagógica colabora para avanços significativos nos aspectos cognitivos, afetivos e sociais, possibilitando as crianças com deficiência realizar as atividades com autonomia e independência.



A implementação da Sala de Recursos Multifuncionais, espaço para o AEE, foi uma conquista quando falamos de educação inclusiva. Percebemos no decorrer do trabalho a importância desse ambiente e dos recursos educacionais disponíveis para auxiliar na intervenção do professor do AEE. Nesse sentido, é importante que exista a valorização deste espaço na instituição, que o ambiente seja preservado e que investimentos sejam direcionados para os recursos, garantindo assim, um melhor atendimento a esse público.

A partir da pesquisa foi possível verificar como a figura docente é importante no processo ensino e aprendizagem, bem como no processo de inclusão. É fundamental que o professor compreenda como intervir na perspectiva de auxiliar a criança com deficiência na construção do conhecimento, percebendo suas limitações e potencialidades.

Por fim, constatamos que a Tecnologia Assistiva é uma aliada para o desenvolvimento e participação plena dos alunos com deficiência. As evoluções descritas pela profissional do AEE são significativas. Sabemos que a TA é uma realidade que não chega a todos os espaços e que por si só não garante a inclusão desses sujeitos, mas possibilita que os mesmos participem das atividades escolares de maneira autônoma, além de ultrapassar os muros da escola e promover autonomia na sua vida diária. Além disso, a TA potencializa as capacidades desses sujeitos que sofrem constantemente com uma sociedade que inferioriza, discrimina e exclui. A tecnologia é uma aliada no processo de inclusão escolar destes sujeitos, como diz Radabaug (1993), “para as pessoas sem deficiência a tecnologia torna as coisas mais fáceis. Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis.”

## REFERÊNCIAS

ARNAL, L. S. P.; MORI, N. N. R. **Educação escolar inclusiva: a prática pedagógica nas salas de recursos**. 2007. Disponível em:

[http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes\\_anteriores/anais16/sem09pdf/sm09ss02\\_06.pdf](http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes_anteriores/anais16/sem09pdf/sm09ss02_06.pdf).

Acesso em: janeiro de 2020.

BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre: CEDI (Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil), 2017. Disponível em:

[http://www.assistiva.com.br/Introducao\\_Tecnologia\\_Assistiva.pdf](http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf) Acesso em: fevereiro de 2020.



BRASIL. Ata VII – **Comitê de Ajudas Técnicas – CAT**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (CORDE/SEDH/PR). 2007. Disponível para download em: <<http://portal.mj.gov.br/corde/>>. Acesso em: 20 março de 2020.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Especial**. Brasília: Ministério da Educação. 1998.

BRASIL. **Lei 9394 de 23 de dezembro de 1996**. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto. 1996.

BRASIL. MEC. SEESP. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais**. Brasília, 2010a

COOK e HUSSEY. **Assistive Technologies: Principles and Praticce**, Mosby - Year Book, USA-Missouri, 1995.

GALVÃO FILHO, T. A. **A construção do conceito de Tecnologia Assistiva: alguns novos interrogantes e desafios**. In: Revista da FACED - Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade, Salvador: Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia - FACED/UFBA, v. 2, n. 1, p. 25-42, jan./jun. 2013. Disponível em: [http://www.galvaofilho.net/TA\\_desafios.htm](http://www.galvaofilho.net/TA_desafios.htm). Acesso em: março de 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

RADABAUGH, M. P. **Study on the Financing of Assistive Technology Devices of Services for Individuals with Disabilities** -A report to the president and the congress of the United State, National Council on Disability, Março 1993. Disponível em: [http://www.ncddr.org/rpp/techaf/lrp\\_ov.html](http://www.ncddr.org/rpp/techaf/lrp_ov.html). Acesso em 04 fev. 2020.

TJORA, A. H. **Writing small discoveries: an exploration of fresh observers' observations**. Qualitative Research, London, v. 6, n. 4, p. 429-451, 2006.

YIN. R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.